

**A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA E A EXCLUSÃO DE MINORIAS:
UMA COMPREENSÃO DE QUESTÕES SOCIAIS ATRAVÉS DE UMA
PERSPECTIVA ÉTNICO-RACIAL ¹**

***LA FORMACIÓN DE LA SOCIEDAD BRASILEÑA Y LA EXCLUSIÓN DE LAS
MINORÍAS: UNA COMPRENSIÓN DE LOS TEMAS SOCIALES DESDE UNA
PERSPECTIVA ÉTNICO-RACIAL***

***THE FORMATION OF BRAZILIAN SOCIETY AND THE EXCLUSION OF
MINORITIES: A UNDERSTANDING OF SOCIAL ISSUES FROM AN ETHNIC-
RACIAL PERSPECTIVE***

Thiago Pacheco GEBARA²
João Pedro SISTERNES³

RESUMO: A exclusão de pessoas negras na sociedade brasileira é um processo contínuo, sendo primeiro desumanizadas e, após isso, impedidas de participarem civil, política e economicamente dos espaços públicos e privados. Daí que, mesmo uma ou outra pessoa ascendendo socialmente, encontram-se com grandes limitações. Sempre geraram acumulação – antes primitiva e absoluta, depois do próprio capital industrial e relativa – mas nunca permitidas a acessarem esses bens. São essas problemáticas que pretendem ser abordadas, pelas lentes de autores que dialogam tanto de uma perspectiva econômica, de uma perspectiva cultural, quanto de uma perspectiva política e sociológica, assim como outros pensadores que fornecessem algumas ferramentas e hipóteses para que se investigue e tenha uma noção complexa de como se deu a formação da sociedade brasileira, com interesses políticos e econômicos da elite permeados por todo o processo, e como nesse mesmo momento pessoas pretas, pardas e indígenas foram excluídas da participação de diversas formas.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão. Trabalho livre. Sociedade brasileira. Exclusão.

RESUMEN: *La exclusión de los negros en la sociedad brasileña es un proceso continuo, primero deshumanizado, luego impedido de participar civil, política y económicamente en espacios públicos y privados. De ahí que, aunque una u otra persona ascienda socialmente, se encuentre con grandes limitaciones. Siempre generaron acumulación, antes primitiva y absoluta, después del propio capital industrial y relativo, pero nunca permitieron acceder a estos bienes. Estos son los temas que tenemos la intención de abordar, a través del lente de autores que dialogan tanto desde una perspectiva económica, cultural, como política y sociológica, así como otros pensadores que brindan algunas herramientas e hipótesis para investigar y tener una noción compleja de cómo se produjo la formación de la sociedad*

¹ Esse artigo é resultado de duas disciplinas (“História do Brasil” e “Formação e Desenvolvimento da Sociedade Brasileira”) cursadas pelos autores ao longo do curso de Ciências Sociais na Faculdade de Ciências e Letras da Unesp Araraquara e dos debates e reflexões por elas geradas.

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Graduando em Ciências Sociais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2864-7183>. E-mail: Thiagogebara@hotmail.com

³ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Graduando em Ciências Sociais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8634-7317>. E-mail: joao.sisternes@unesp.br

brasileña con los intereses políticos y económicos de la élite permeados durante todo el proceso y cómo en ese momento los negros e indígenas fueron excluidos de la participación de diversas formas.

PALABRAS CLAVE: *Esclavitud. Trabajo libre. Sociedad brasileña. Exclusión.*

ABSTRACT: *The exclusion of black people in Brazilian society is a continuous process, first dehumanized, after that, forbidden to participating civilly, politically and economically in public and private spaces. Hence, even one or another person ascending socially, they find themselves with great limitations. They have always generated accumulation – before primitive and absolute, after the industrial and relative capital itself – but never allowed to access these properties. These are the issues that are intended to be addressed, from the perceptions of authors who dialogue both from an economic perspective, a cultural perspective, as well as a political and sociological perspective, as well as other thinkers who provide some tools and hypotheses for investigating and having a complex notion of how the formation of Brazilian society took place, with political and economic interests of the elite permeated throughout the process, and how at that time black and native people were excluded from participation in various ways.*

KEYWORDS: *Slavery. Free work. Brazilian society. Exclusion.*

Introdução

Em uma observação do famoso quadro *Independência ou Morte!* (1888), pintura realizada por Pedro Américo de Figueiredo e Mello, em Florença, na Itália, evidentemente inspirado nas conquistas napoleônicas e em outras obras retratistas de momentos históricos da época, é perceptível algumas das intenções e o *sentido*⁴ das revoluções e reformas realizadas pelas elites no Brasil.

A idealização do momento do *grito do Ipiranga*, como heroico, também traz consigo outros elementos. O primeiro deles é a data de realização da obra, no mesmo ano da abolição da escravatura, que iria legalmente instaurar o trabalho livre e avançar para uma etapa de modernização assídua do país, assim como tornar os escravizados em cidadãos livres, ou seja, há uma noção de qual a imagem conjuntural almejada⁵ para a independência ocorrida em

⁴ A palavra *sentido* é empregada como menção à perspectiva de Caio Prado Jr. em seu livro *O Sentido da Colonização* (1996), que busca traçar uma linha de raciocínio que abarque a formação e as mudanças da sociedade brasileira e quais os resquícios coloniais que se encontravam no contexto histórico-social em que o pensador estava situado.

⁵ Treinada em Portugal, a elite brasileira estava atenta para sua coesão e por isso a imagem que gostariam de passar se direciona para as elites dos outros países e para sua própria população geral, como representação de que o Brasil – diferentemente do resto da América do Sul – não teve cada província transformada em um Estado Nação, muito menos uma revolução violenta, por baixo, houve, na verdade, um pacifismo, um acordo em prol do bem comum, uma unidade nacional, identidade brasileira, conciliação entre diversas províncias, eis a imagem almejada.

1822. Mas o que serve como objeto de análise deste artigo é o fato de que, diante da obra, não se encontra nenhuma pessoa negra montada a cavalo com roupas nobres e espadas levantadas, apenas subjacentes ao campo de batalha, dando um teor de presença no território. Contudo, não participando ativamente do processo. Assim como Benjamin West em 1770, pintando *A Morte do General Wolfe*, e John Singleton Copley em 1782, pintando *Watson e o Tubarão*, Pedro Américo de Figueiredo e Mello irá idealizar um contexto de revolução e independência, com incentivo das elites, colocando os negros e nativos à margem da pintura, representando simbolicamente como eles se encontravam dentro do processo, portanto, é D. Pedro I, juntamente da nobreza e colonos brasileiros que realizam essa proeza, como salvadores, aqui jaz, em um primeiro momento, o caráter de exclusão que o texto visa abordar.

A Expansão Mercantil e o Sentido da Colonização

Para compreender o caráter de exclusão existente no processo de formação da sociedade brasileira, consideramos que é de suma importância, de início, avaliar quais os objetivos dos países ibéricos no começo das chamadas “grandes navegações”.

Neste sentido, a empresa colonial portuguesa, assim como a espanhola, contemplou a América como rota alternativa para chegar às índias, uma vez que o caminho anterior agora estava ocupado por inimigos turcos. Em um primeiro momento, nem se demonstrará interessada em conquistar e explorar o Brasil, já que aqui não se encontrariam minérios, nem especiarias como as que estavam em voga no comércio marítimo. Como dirá Caio Prado Jr.: “Todos os esforços se orientam então no sentido de encontrar uma passagem, cuja existência se admitiu **a priori**.”⁶ (1996, p. 17, grifo do autor)

Um fator importante para o início da colonização é a capacidade imaginativa dos europeus acerca do Novo Mundo (SCHWARCZ, 1993), é esse pensamento fantasioso que irá motivar os aventureiros portugueses para que, ao descobrir novos povos, culturas, hábitos etc., possam “civilizar” os indígenas, e saciar a necessidade de desbravamento de terras selvagens e desordenadas, cumprindo uma espécie de dever moral do período histórico-social.

Mas, para além da motivação colonizadora e imaginativa, havia interesses político-econômicos da coroa portuguesa, esses objetivos seriam solucionados através da escravização de homens, mulheres e crianças que habitavam a costa norte africana (GILENO; MEDEIROS, 2019). É interessante pontuar que a escravidão em si não foi inventada pelos portugueses ou

⁶ É importante notar que haveriam planos e estratégias que, de certa forma, admitiam a existência de uma nova “terra” – o Novo Mundo –, talvez não como no imaginário que se constrói pós-descoberta, mas pelo menos uma rota alternativa, como pontua Caio Prado Jr. (1996)

demais países europeus que estavam colonizando outras comunidades nesse período histórico e utilizando de feitorias para expandir seus lucros com o oriente, mas foram eles, principalmente os países ibéricos, que deram início ao comércio em larga escala de escravizados, ou seja, integraram⁷ o mundo todo pela primeira vez, através da escravização em massa de pessoas pretas e indígenas e da acumulação primitiva do capital a partir das colônias situadas no *Novo Mundo*.

Portanto, como o território era inicialmente visto como um *nada*, povoado de *bárbaros*, foi transformado pela empresa colonial portuguesa para se tornar atrativo, já que ao idealizar um sistema de comércio de escravizados, começará a fortalecer guerras internas na costa norte africana e negociar com chefes locais para que estes entregassem cada vez mais africanos para virem ao Brasil, em sua maioria, jovens, com idade hábil para serviço pesado. Além de desestabilizar essa região da África, criar-se-ia uma prática extrativista que primeiro se inicia com o trabalho forçado dos indígenas, mas logo passa - também - para o trabalho de mão de obra escravizada das diversas etnias africanas trazidas à força. (Idem)

Se o principal processo estruturador da colônia e de sua formação foi a escravidão, há de se tratar sobre a maneira como ocorreu tal processo. Mesmo a escravatura no continente americano tendo sido majoritariamente com africanos escravizados, relaciona-se, como mencionado, a questão da escravização dos indígenas, tanto através da idealização em torno do *bom selvagem*⁸, rousseauiano⁹, como através da guerra justificada pela Coroa contra os índios *bravos*. Sendo assim, as relações sociais, políticas, econômicas e culturais não se restringiram à dualidade do colono branco e do africano escravizado, mas tiveram um triplice, que é composta pelo indígena nessa fórmula.

Já se tratando da parte educacional, essa escravatura foi conduzida pelos jesuítas que, no início dos quinhentos até meados dos setecentos, detinham grande influência no emprego da mão de obra compulsória. Os indígenas “passivos” estariam na posição de quem seria capaz de “aprender” a ser civilizado, com regras rígidas e ensinamentos dogmáticos, impondo

⁷ Tal integração é majoritariamente realizada pela perspectiva econômica, se na história humana já havia a escravidão em diversos momentos, ela se desenvolvia de outra maneira, havendo troca cultural e outras particularidades, como era no caso de guerras e conquistas, mas com as grandes navegações o intuito é outro, é a acumulação primitiva e absoluta.

⁸ Os *Tupi* foram os ameríndios que mais tiveram contato com os portugueses – mas não só, pois assim foi com franceses e outros colonizadores -, portanto, sua manifestação pacífica em diversos casos foi o que forneceu majoritariamente essa idealização, é de suma relevância pontuar a existência de uma diversidade de etnias e culturas, nas quais houveram diversos “tipos” de relações, pacíficas, agressivas, duradouras, breves etc.

⁹ A concepção rousseauiano é descrita dessa maneira pois faz parte da tradição iluminista de compreensão da humanidade enquanto una, sendo que, em meados do século XIX, ocorrerá uma reorganização intelectual, uma reação à esse mesmo pensamento, que detém causalidade direta com o surgimento de teorias eugenistas, higienistas e darwinistas sociais. Ver SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

o *ethos* eurocêntrico diante das diversidades culturais e étnicas presentes no Novo Mundo, contudo, justificavam a escravização dos índios bravos através da *guerra justa*.¹⁰ Daí que haveria uma ambiguidade da legislação colonial (GILENO, 2007; GILENO; MEDEIROS, 2019), que buscava solucionar conflitos entre jesuítas e colonos.

Apesar dos embates existentes entre jesuítas e colonos, tanto com relação às práticas educativas, quanto práticas de descobrimento e dominação de territórios, são mediadas pelo Estado Absolutista lusitano, que, posteriormente, irá promover a agricultura como base da economia colonial, expandindo as estratégias de dominação e extração ao longo do território brasileiro - essas práticas, nesse momento, se concentram em regiões litorâneas específicas e que tinham contato facilitado com nativos. É assim que ocorre o surgimento das *plantations*, dando o sentido da colonização segundo Caio Prado Jr. (1996), no qual as colônias ibéricas são grandes fornecedoras de insumos para o mercado europeu, o que propicia o surgimento industrial nos locais onde se encontravam as metrópoles – no caso haverá a decadência de Portugal e Espanha no século XVIII, mas a acumulação primitiva do capital ainda tem o excedente apropriado por países europeus – ao mesmo tempo que nas colônias aconteciam um comércio global de escravizados e uma noção própria de sociedade, baseada em oligarquias latifundiárias que dialogavam estrita e exclusivamente com a coroa lusitana. (GILENO, 2017)

Ainda segundo Caio Prado Jr. (1942, p. 87) essa grande propriedade, reprodutora de um só produto, escravocrata e destinada a suprir o mercado europeu, será a grande determinação de todo esse sentido [da colonização], concentrando a riqueza em locais que não abarcavam a grande massa da população – em sua maioria escravizada – e que a deixavam em um alto grau de penúria material e moral; uma grande dependência política e econômica do país em relação à metrópole; ínfimo nível técnico e cultural da colônia e com uma administração pública ineficiente.

Em uma perspectiva de análise similar Pereira (1997), aponta que a formação dual entre burguesia e aristocracia, lucro e tradição, que “Especula como capitalista mercantil, mas está sempre almejando honrarias e poderes próprios das sociedades tradicionais” (p. 104), implicará que os latifúndios desenvolvidos se convertam em uma empresa capitalista, mas que não irá se preocupar com a maximização do lucro, já que é formada por elementos da aristocracia.

Pereira (1997, p. 105) diz ainda, que a caracterização da colônia se dá pela inexistência do Estado próprio, existindo no lugar deste o Estado Metropolitano, ou seja, a elite dirigente,

¹⁰ A *guerra justa* foi o meio com que se otimizou as ações combativas contra índios *bravos* e, sobretudo, se obteve justificativa nesse momento, pelo aval da metrópole, permitindo que isso ocorresse, e pelo imaginário dos jesuítas e colonos (que tinham divergências entre si).

a burocracia e a força pública existentes na colônia são meras extensões do Estado Metropolitano e, portanto, não possuem autonomia. Ainda sob a perspectiva de análise do autor (ibidem) o objetivo básico desse Estado é assegurar que o excedente de produção seja possível de apropriação pela Metrópole, sendo que essa apropriação pode ser consumada por diversas estratégias. Em paralelo com esse processo, a burguesia se coloca como mandatária e aliada do Estado Metropolitano, participando da apropriação desse excedente e recebendo, em troca de sua colaboração com a aristocracia que ainda está no poder, proteção política e militar.

A Mão de Obra Escravizada

Segundo o site *Slavevoyages*¹¹ a estimativa de escravizados que *desembarcaram* no Brasil de 1501 até 1866 é de 5.848.266, ou seja, quase metade do total de escravizados do comércio global, que era de 12.521.337. Fato que demonstra a quantidade e a influência da mão de obra escravizada para toda a formação política, econômica e social nacional (NOVAIS, 1979). Vale ressaltar que essas são estatísticas oficiais, diversas outras fontes e pesquisas pontuam que os números podem ser maiores (SCHWARCZ; STARLING, 2015) uma vez que após 1831, com a lei Feijó, proibindo a escravização externa por pressão do império Inglês, haverá uma mudança nas práticas oficiais para manutenção e verificação do número de escravizados, facilitando para que essa lei fosse ignorada ou burlada pelos senhores de escravos.¹²

Para além da noção de como a colônia foi composta por uma múltipla relação entre etnias, das formas de poder existentes, além da especificidade na junção entre Velho Mundo e Novo Mundo, entre burguesia e aristocracia, entre jesuítas e colonos etc.¹³ É importante analisar que o fornecimento de recursos naturais em grande escala da colônia para a metrópole e, conseqüentemente, para toda Europa, fazia com que não se formassem indústrias

¹¹ SLAVE VOYAGES.c2021. Memorial digital sobre o maior comércio de escravizados da história. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

¹² Essa é outra ambigüidade legislativa que surgiu em torno da questão escrava no Brasil, a pressão externa – principalmente inglesa – para que se abolisse a escravidão e houvesse a abertura comercial com perspectiva de acumulação de capital relativo, surgimento da indústria e uma classe de trabalhadores livres, fez com que houvesse medidas “para inglês ver”, em outras palavras, que apenas tivessem atitudes superficiais para satisfação das relações internacionais e governamentais, agradando ao mesmo tempo os latifundiários em território nacional que não estavam inclinados à negar a mão de obra escrava em suas lavouras.

¹³ Esse é o palco do debate entre iberistas e americanistas no século XIX, o primeiro ressaltando essas dualidades e complexidades na formação da identidade brasileira – que seria única e particular -, pontuando que deveriam ser respeitadas no processo de modernização, não podendo seguir uma lógica americana, e o segundo colocando que tais características causaram atrasos, impedimentos, dificuldades no processo de individualização e modernização do Estado Nação do Brasil, por isso deveriam ser superadas.

estáveis e duradouras dentro das regiões (GILENO, 2017), pois mudavam constantemente em prol do sentido da colonização, por isso é que houve dificuldade em se desenvolver tecnologias mais avançadas, qualificadas, que não fossem rústicas, uma vez que praticamente todo o espaço era ocupado por latifúndios, que se desenvolviam através da monocultura, seguindo uma lógica que obedece às prioridades aristocráticas e escravistas de manutenção do poder. (NOVAIS, 1979)

Dentro desta lógica, o Brasil colônia tinha como normativa o fornecimento de subsídio para a acumulação primitiva do capital da empresa europeia, formado para fornecer açúcar, tabaco e alguns outros gêneros de iguarias, passando para o ouro e o diamante nas Minas Gerais no século XVII e XVIII, por fim, para o algodão e café já no século XX (PRADO JR, 1942, p. 25-26). Os moldes de produção desses latifúndios e o uso de mão de obra escravizada para tal são as duas características essenciais para compreender quais as dificuldades de modernização e de emancipação nacional.

Agregando a análise, a teoria sobre o “Capitalismo Tardio” de João Manuel Cardoso de Mello (2009) aponta a diferença no processo de produção entre as economias da América Latina e da Europa e no Brasil pré e pós abolição. Para o autor, enquanto na Europa com a industrialização havia a consolidação da forma de produção devido ao fato da especialização da mão de obra e a apropriação do excedente da produção das colônias criarem uma renda per-capita e uma acumulação relativa, na América Latina e mais especificamente no Brasil ocorre uma deterioração das relações de troca devido à “*[...] lentidão com que o desenvolvimento industrial do centro vai absorvendo o excesso real ou potencial de população ativa dedicada à produção primária[...]*” (p. 17).

O modo de produção da colônia e sua dependência fez, portanto, que houvesse a necessidade da utilização dessa mão de obra escravizada para manutenção dos latifúndios. Todavia, a escravização no Brasil não se limita ao modo como assistiu à construção e manutenção das grandes propriedades rurais, é estruturadora de relações sociais¹⁴ entre africanos escravizados, indígenas, jesuítas e colonos. É de suma importância ressaltar novamente que tais relações sociais estruturadas a partir de uma lógica escravocrata perpassam pela violência contra os indígenas e pessoas negras, ou seja, não estão isentas das relações de poder e do etnocídio que ocorreu ao longo da história do Brasil.¹⁵

¹⁴ Gilberto Freyre em suas grandes obras, *Sobrados e Mucambos*, *Casa-Grande & Senzala*, e ao longo de sua trajetória sociológica, é que irá instaurar esse pensamento no Brasil, rompendo com o evolucionismo social, eugenismo e higienismo presentes no século XIX e começo do século XX, que tratava o negro na sociedade brasileira como dificuldade, como algo que deveria ser segregado e que tinham a miscigenação como prejudicial.

¹⁵ Um estudo com 1200 genomas que mapeia a diversidade da população brasileira, publicado na *Folha de São Paulo*, auxilia na visualização das heranças violentas deixadas pelo processo de colonização realizado pelos

A exclusão das pessoas negras na sociedade brasileira começa diante dessas perspectivas, enquanto escravizadas são objetos, não têm humanidade e não participam de tomadas de decisões, muito menos de benefícios gerados pela produção, além disso, mesmo com uma movimentação de alguns setores das elites em prol da modernização, ainda se continua por mais de meio século com essa forma de dominação e exclusão dos homens e mulheres negras, ver-se-á adiante que é apenas após a abolição que outras perspectivas surgem, mas que os apontamentos anteriores colocam dificuldades a serem enfrentadas e que ainda perpetuam – de formas distintas – uma exclusão, uma vez que o regime de escravização detém atributos de instituição total e, dessa forma, determinam formas de organização do trabalho e da vida, além de criar um universo de valores envolta deste pensamento (GILENO, 2017.)

A Desarticulação do Sistema Colonial e a Independência do Brasil

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, auxiliada pela escolta marítima do império inglês, fugidos da guerra e do império napoleônico, se instaura a primeira fase de modernização no país. Dom João VI irá se deparar com cinco regiões extremamente diferentes e distantes, cada qual com suas respectivas particularidades, além das dificuldades de comunicação existente entre elas, necessitando, portanto, de uma centralização do poder em detrimento das oligarquias instauradas através da lei das sesmarias, como diz Florestan Fernandes (1976), “A independência, não obstante a forma em que se desenrolou, constituiu a primeira grande revolução social que se operou no Brasil” (p. 31), portanto, “o poder deixará de se manifestar como imposição de fora para dentro, para organizar-se a partir de dentro[...]” (p. 31).

Todavia, enquanto o Brasil se situava nessa condição político-econômica todas as colônias da América espanhola já haviam vivenciado seus processos de independência, com a transformação de suas províncias em repúblicas separadas, sendo que em solo brasileiro houve uma Monarquia Constitucional que se atentou para que a unidade territorial das

européus com povos originários da América e com homens e mulheres afrodescendentes. No estudo, percebe-se a disparidade entre heranças genéticas presentes na população brasileira, sendo composta, proporcionalmente, muito mais por homens europeus do que por homens africanos e nativos. Além disso, há a presença genética, quase que absoluta, de mulheres negras, mas, novamente, essa lógica não se aplica quando homens são analisados, ou seja, a sistematização de práticas de assédio e violência sexuais contra mulheres africanas e indígenas, realizadas por homens brancos europeus, é uma variável determinante no modo como houve a formação da população brasileira. Ver ALVES, Gabriel. Estudo com 1.200 genomas mapeia diversidade da população brasileira. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2020/09/estudo-com-1200-genomas-mapeia-diversidade-da-populacao-brasileira.shtml>. Acesso em: 04 jul. 2021.

diferentes regiões não fosse desmantelada, gerando um Estado nação com larga extensão geográfica e diversas províncias, um país regionalizado como dirá Gilberto Freyre ¹⁶.

A grande instabilidade gerada por D. João VI nesse processo de independência, a insatisfação das elites brasileiras e a pressão da nobreza lusitana, fez com que o monarca fosse obrigado a retornar para Portugal, devido à sua imagem de rei despótico, deixando seu filho, D. Pedro I ¹⁷ como regente, primeiro imperador do Brasil, em 1822, e que irá dissolver a constituinte e a assembleia de 1823 e promulgar uma nova em 1824, retirando alguns dos ideais abolicionistas presentes na anterior.

Essa breve exposição da trajetória da vinda da família real portuguesa para o Brasil e a instabilidade gerada por esta, culminando no período regencial até que D. Pedro II tivesse idade para assumir o trono, tem paralelo imediato com as consequências na formação política e social da nação, bem como o modo como foram excluídas das discussões e anseios liberais e abolicionistas, as problemáticas do trabalho escravo. (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Pela perspectiva de Florestan Fernandes (1976), o processo de independência foi revolucionário, e em seu cerne se situam questões que ainda permeiam a identidade nacional do senhor cidadão e das heranças coloniais. A saber, o fato da sociedade civil, nesse período da extinção do estatuto colonial e da implantação da Monarquia Constitucional, estar, como dito pelo autor, mais comprometida com a defesa da propriedade privada, da escravidão e de outros componentes que sustentavam a manutenção do poder no período colonial, além da preocupação em se apropriarem dos meios de organização criados após a independência, do que com questões pertinentes e essenciais para a integração da sociedade nacional.

Corroborando com a compreensão, Fernando Henrique Cardoso (1960) aponta, dentro do processo de modernização no país, a pré-existência de uma economia mercantil e, por consequência, um grau relativamente desenvolvido de divisão social do trabalho. Por isso, destaca o papel dos oligarcas nesse processo, que tiveram que se tornar "Empresários Capitalistas", o que implica em mudanças na forma de organização do trabalho, para o autor (Ibidem) o empresariado brasileiro possuía deficiência administrativa, imaturidade ideológica e fragilidade política, visto que se preocupavam mais com seus interesses pessoais do que com o consciente coletivo e os anseios do país, criando assim uma burguesia fraca e pragmática.

¹⁶ O regionalismo foi uma característica determinante do autor que, de certa maneira, superando o debate entre iberistas e americanistas, coloca que o Brasil é um país com identidade particular, mas, sobretudo, é regionalizado pelos costumes e pelo caráter *civilizatório da escravidão*.

¹⁷ Obteve o nome de D Pedro IV após sua saída do Brasil em 1831, novamente por instabilidade política, tendo que abdicar ao trono e retornar à Portugal.

Do outro lado deste processo, a população negra na sociedade brasileira acompanha um processo revolucionário de modernização que não coloca como prioridade a revitalização da economia em diferentes estruturas, bem como não vê a necessidade de romper com noções aristocráticas e práticas escravocratas herdadas do período colonial, seu esforço é direcionado à criação de aparatos institucionais e burocráticos que possibilitem essa modernização, mas que sejam simultâneos à “apropriação dos meios de organização do poder que então se criaram” (FERNANDES, 1976, p. 42).

Ainda utilizando da análise de Florestan (1976, p. 72), o autor pontua que o paradoxo existente no processo discutido previamente está no fato de que a “revolução nacional” não resultou de uma “revolução econômica”, e que não auxilia para criação de ideais de autonomia econômica que auxiliassem para uma ruptura imediata, irreversível e total com o passado, ao invés disso, fortifica e enraíza as funções dos latifúndios, situando-o enquanto fator central da economia interna nacional.

Em concordância, Carvalho (2003), diz ainda que a coesão existente na elite, que vislumbrava métodos educativos que seguiam a lógica do absolutismo português e entendiam como primordial sua participação na burocracia estatal, implicava “[...] que o fortalecimento do Estado constituísse para ela não só um valor político como também um interesse material muito concreto.” (p. 42)

Octavio Ianni (1987) também compreende que é uma especificidade da formação da sociedade brasileira o fato de o processo de independência ter modernizado algumas questões e promovido um vislumbre do capitalismo no modo de produção ao mesmo tempo que deixa de fora a questão étnico-racial e o trabalho escravo que não é compatível com a mais-valia relativa.

Portanto, como forma de apreender a sociedade nacional no último quarto do século XIX, ainda segundo Ianni (1987, p. 26) “é necessário considerar que a Nação foi dominada pela cafeicultura, dependia decisivamente dos vínculos econômicos externos e estava organizada com base na escravatura”, o que conferiu um cenário singular à civilização brasileira, em suas criações e contradições, devido “a forma pela qual o trabalhador escravo estava inserido no processo produtivo capitalista” (p. 26).

O Cortiço, romance escrito por Aluísio Azevedo, auxilia no entendimento - enquanto retrato histórico - de como se dava a miscigenação e as relações sociais nesse contexto, tal qual de como foi possível a coexistência da escravatura e do processo de modernização. Ao pautar vivências dentro de um cortiço do Rio de Janeiro alguns anos antes da abolição da escravatura em 1888, propicia, no imagético do leitor, o que seria o cotidiano e explora as

relações hierárquicas de poder e econômicas existentes nos espaços narrados, ao mesmo tempo que demonstra a existência de uma cultura compartilhada e vivenciada por todos (mesmo que de maneira distinta).

A realidade descrita na obra é uma relação étnica complexa - e violenta - e que se faz no entendimento do leitor através dos personagens que ascendem socialmente e como eles estão aptos a ocupar determinados espaços a partir de sua etnia. Há, também, a relação dos personagens, em âmbitos profissionais e pessoais, com pessoas denominadas enquanto “mulatas” ou seja, a segregação que era vista em outros países como nos Estados Unidos, não poderia ser entendida da mesma forma como ocorreu no Brasil, contudo, isso não consolida o “mito” da democracia racial¹⁸, uma vez que, como tratado anteriormente e nos escritos de importantes sociólogos, historiadores, antropólogos, cientistas políticos, literários etc. a violência étnico-racial sempre permeou a construção sócio-cultural-política e econômica do Brasil¹⁹.

¹⁸ O dito “mito” da democracia racial é um termo que é utilizado amplamente para se referir às obras de Gilberto Freyre e, sobretudo, às mudanças intelectuais na sociologia e antropologia, após o desenvolvimento de suas teorias. É a escola sociológica paulista, liderada por Florestan Fernandes, que, ao retomar o debate étnico-racial e inseri-lo na trajetória da formação da sociedade brasileira, dará subsídios para que haja superação das concepções de Gilberto Freyre sobre o culturalismo e seu impacto na sociedade brasileira. Portanto, se o conjunto de obras, palestras, debates, etc. em que Freyre se inseriu ao longo de sua vida, contribuíram para a superação de um paradigma eugenista, higienista e darwinista social, criaram, por outro lado, uma concepção de que a sociedade brasileira, mesmo não tendo uma democracia político-econômica, era constituída de uma democracia racial, já que a cultura compartilhada e inserida no cotidiano de todos, ao longo do processo de mestiçagem ocorrido no período colonial, favorece a superação de conflitos de cunho étnico-racial. É apenas com as obras desses sociólogos e sociólogas que, analisando a vida urbana e a inserção do mercado de trabalho, se constata a segregação existentes em espaços específicos, em outras palavras, a miscigenação que ocorre no período colonial não pode ser posta como mestiçagem, a mistura genética de etnias não proporciona um rompimento com estruturas de poder, distinção de culturas e superação de contradições de classe, por exemplo. Vale ressaltar que o termo “democracia racial” não aparece nas obras de Freyre, mas sim é utilizado no debate posterior às suas obras centrais. Para compreensão de maior profundidade ver COSTA, Emília Viotti da. O mito da democracia racial. In: COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 365-384.

¹⁹ A literatura brasileira é uma fonte enriquecedora e que demonstra como a estruturação social a partir da questão do trabalho foi desenvolvida com um caráter excludente, romances como *Triste Fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto, *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, *Os Sertões* de Euclides da Cunha, *Memórias de um Sargento de Milícia*, de Manuel Antônio de Almeida, dentre tantos outros, expressam por diferentes pontos de vista a complexidade da sociedade brasileira.

Da escravidão ao trabalho livre

Retomando a inserção de pessoas negras e indígenas na sociedade civil pós-colonial, como abordado brevemente, o processo de independência conciliou a formação de elites propriamente brasileiras, com o aparato estatal fornecendo subsídio para que os interesses dos proprietários e nobres fossem atendidos mutuamente e em nenhum momento esses interesses se cruzavam com a abolição da escravatura.

É durante o período regencial, tido como principal momento modernizador do século XIX no Brasil, que o café se expande, dando início à um processo de (re)escravização no país, paradoxalmente, a lei Feijó de 1831 fez com que houvesse menos fiscalização na origem dos escravizados, bem como ocorresse roubo de escravos e transferência massiva da população do norte e nordeste para o Sul e Sudeste do País, onde as oligarquias cafeeiras mais se desenvolviam, devido à presença da terra roxa e outras questões que às impulsionaram.

Como apresentado no documentário propagandista do governo, *O CAFÉ (1958)*, de Humberto Mauro, todo o processo de como era produzido o café, desde a chegada no território brasileiro, passando pelos passos de verificação, até a exportação para diversos países europeus, fez com que diversos pontos do país fossem interligados e modernizados (MELLO, 2009), ao mesmo tempo os escravizados e libertos se tornaram periféricos nesse processo, ainda sendo vistos nesse período como “objetos”, portanto, sem liberdade alguma, nem de tratamento, nem de escolha.

Mello (2009) argumenta, ainda, que foi o "vazamento" de excedentes de capital da cafeicultura para outros negócios que permitiu a maior parte das inversões na atividade industrial a partir das duas décadas finais do século XIX. Conforme ressalta o autor, os lucros gerados pelo complexo cafeeiro não encontravam espaço nesse mesmo núcleo produtivo para a sua plena reaplicação.

Havia, também, uma contradição permanente em relação aos senhores de escravos e escravizados, uma vez que mesmo considerados meros objetos, sem alma, ainda eram trabalhadores que deveriam receber punições e estímulos e ter estratégias para aumentar sua produção²⁰.

²⁰ Antes da abolição da escravatura já havia ocorrido uma primeira onda de imigração da Europa para o Brasil, com a vinda de Italianos, Holandeses, Franceses, Ingleses, Alemães etc. Essa contradição entre o trabalho livre e o trabalho escravo fez com que fossem instauradas condições precárias, praticamente similares às dos escravizados nas lavouras, para esses imigrantes, gerando uma “revolta” com tais condições e volta em massa dos imigrantes para suas terras natais. Após a abolição haverá uma segunda onda de imigração, com brancos ocupando os postos de trabalho – ainda precários – mas que excluía os negros dessas possibilidades por muitas vezes, além disso, os senhores de escravo não sabiam como conduzir relações trabalhistas e sociais com trabalhadores livres, o que dificultava ainda mais todo o processo.

Dentro deste processo de modernização que o país passava após a declaração de independência, a pressão do mercado externo e também de ideais presentes nas correntes de pensamentos, principalmente influenciadas pelos ideais da revolução francesa e da independência americana, começam a ganhar forças ideais abolicionistas no Brasil (GILENO, 2007).

Por outro lado, com a gradual derrocada do sistema de clientela e patronagem, acentua-se a contradição, que como dito por Costa (1999, p. 382), com o desenvolvimento de um sistema competitivo, negros e brancos tinham mais dificuldade em evitar situações em que o preconceito e a discriminação não fossem perceptíveis.

Com a revolução industrial na Inglaterra a busca por um mercado consumidor fortalecia a pressão para a abolição e após a guerra do Paraguai, na qual, os negros escravizados recebiam auforia se fossem lutar na linha de frente, alguns segmentos populares começaram a se posicionar a favor do fim da escravização. Todo este processo, e as contradições sociais advindas desse percurso, fizeram com que os latifundiários brasileiros buscassem a mão de obra imigrante, como observa Costa (1999, p. 362).

Continua (ibidem) dizendo que, por volta da década de 1880, era óbvio que a abolição estava iminente, e o Parlamento, reagindo ao abolicionismo dentro e fora do país, estava aprovando gradualmente uma legislação. Portanto, de acordo com essa política, as crianças nascidas de mães escravas foram declaradas livres em 1871, e em 1885 a liberdade foi garantida para todos os escravos com idade superior a 65 anos, além disso, sobretudo dentro das áreas cafeeiras, onde estavam quase dois terços da população escrava, houveram fugas em larga escala, justamente pela tomada de consciência e pelo apoio de áreas civis relacionadas à abolição, por fim, com ampla resistência até o último instante dos latifundiários, que eram os maiores beneficiários da escravidão, houve a derrocada total desse sistema. Gileno (2017) considera, ainda, que a abolição gradual faz com que a plena constituição dos direitos civis e políticos de grande parte da população seja impossibilitada devido à sua herança.

Ainda nessa linha de raciocínio, Cardoso (1960) aponta que a transformação do regime social de produção o qual foi um facilitador para atividade industrial no país, advém do processo de expansão cafeeira no estado de São Paulo. No interior desse processo, três pontos são destacados: 1) a mão-de-obra livre contribuiu para o surgimento de uma estrutura mercantil; 2) a transformação dos antigos senhores de engenho em empresários capitalistas; e 3) os empreendimentos de infraestrutura (bancos, ferrovias, portos, estradas, etc.) criados devido a atividade cafeeira que foram fundamentais para o estabelecimento da indústria.

Vis-à-vis esse processo de modernização, que incluía o trabalho livre dos imigrantes em um mesmo tempo-espaço do trabalho forçado dos escravizados, após a abolição da escravatura em 1888, com a lei do ventre livre em 1871 já demarcando o caráter final da escravidão, a miscigenação se manteve presente, contudo, a imposição de barreiras políticas e econômicas aos “mulatos” e negros eram ainda mais presentes, causando uma segregação e desigualdade fortalecida nesse cenário, de brancos que eram minorias numéricas mas detinham, majoritariamente, as propriedades e meios de produção.

A grande consequência desse processo complexo é a criação do imaginário do negro enquanto inimigo público e privado, sendo assim, essa população atrapalharia o processo de modernização, mesmo tendo sua cultura incorporada no cotidiano do brasileiro, era excluída de participação ativa na sociedade civil, política e econômica.

Considerações finais

Em obras como *arrivant em costume au Palais*, 1839, ou, *Le Dessous de La Porte Cochère d’un personnage de la Cour*, 1839, de Jean Baptiste Debret, retratando o período joanino no Brasil até o primeiro império, podemos notar alguns dos costumes e estruturas vigentes e tratados anteriormente, do qual houve uma atenção primária para a exclusão da humanidade das pessoas pretas, pardas e indígenas, equiparadas à objetos, logo depois – da abolição de 1888 - se encontrando enquanto periférica nos acessos à empregos (dado a prioridade à imigrantes, pelo financiamento do Estado), propriedades (através da lei de terras de 1850 e a manipulação e grilagem das elites agrárias) e participação política, civil e cultural percebendo, além disso, como o caráter segregacionista do Brasil operou, situando, mesmo após a possibilidade de liberdade, negros e negras como serviçais da elite branca, seja no período de extrativismo, seja nas minerações, seja na agricultura, na oligarquia cafeeira ou no processo industrial, as construções políticas, sociais e econômicas mantiveram, com um patrimonialismo ²¹ presente e dominante, essas populações excluídas do trajeto de formação da identidade nacional e, após isso, de sua participação ativa em uma democracia plena.

Entendemos, portanto, que a complexidade que envolve a formação da sociedade brasileira e a exclusão de minorias, sobretudo homens e mulheres negras e indígenas, perpassa

²¹ O patrimonialismo segundo Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, foi uma das características determinantes no modo como o brasileiro compôs sua participação na vida pública e privada, fazendo com que a construção das relações sociais mas, sobretudo, políticas, do aparato burocrático modernizador, fossem confundidas com privilégios e interesses privados, em outras palavras: a vida privada, doméstica, invade o domínio público, o Estado serve como forma de auxílio para com os interesses de uma elite oligárquica. Ver SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019. Para uma crítica aprofundada em torno das problemáticas do termo “patrimonialismo” e da obra *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda.

por aspectos políticos, econômicos, culturais, filosóficos e tecnológicos (no que diz respeito à modernização e suas finalidades). Além disso, é de suma importância, em nossa perspectiva, que mitos em torno da democracia racial, da mestiçagem como fato concreto da realidade brasileira, da cultura compartilhada, do espaço sem contradições étnico-raciais, enfim, de um país harmônico e que teve seu passado escravocrata e violento solucionado, sejam superados, para que, assim, possamos avançar na solução da problemática do racismo estrutural e institucional criado e aperfeiçoado em solo brasileiro.

Daí que, como forma de reforçar os apontamentos, as transformações ocorridas em território brasileiro devem ser analisadas como tendo um direcionamento, que foi e é ditado pelas elites, formadas por alianças entre aristocracia e burguesia, que na busca de manutenção do *status quo* e de ascensão social e proteção política e militar, respectivamente, construíram meios de - como a instituição total que foi o regime de escravização - conduzir o progresso para apenas um pequeno grupo da população, ao mesmo tempo que excluíam sistematicamente todo o resto, através de correntes intelectuais, aparatos políticos, econômicos e sociais, e desenvolvimento tecnológico direcionado à uma finalidade única, o lucro.

Contudo, no decorrer do processo de leitura, revisão, reflexão e escrita, também percebemos a necessidade de uma produção intelectual de autores brancos que consigam se enxergar - e, sobretudo, enxergarem sua responsabilidade agora e no passado, no processo de formação da sociedade brasileira -, em outras palavras, é importante salientar que a manutenção de uma lógica de estudos de corpos e mentes negras por autores brancos, sem que haja um esforço para o estudo da própria branquitude e sua relação com as transformações sociais tratadas ao longo do artigo, é algo que precisa ser superado dentro dos espaços acadêmicos, nos quais, muitas vezes, existe uma predisposição para tratar sobre o racismo estrutural e institucional sem que a branquitude esteja posta como ator determinante na constituição dessas categorias, assim como os referenciais sejam sempre intelectuais brancos.

Por fim, mesmo com a análise, de maneira sucinta, breve e singela, percebe-se que há uma vasta literatura em torno da formação da sociedade brasileira, que se estende para outras manifestações artísticas, como filmes, documentários, pinturas etc. Bem como existem diversas questões sociais, políticas e econômicas que se inserem nesse debate, além das próprias correntes de pensamento que se debruçaram sobre tais problemáticas. Sendo assim, concluímos dizendo que a revisão bibliográfica acerca da temática e os pontos levantados não são suficientes para superação de paradigmas, contradições e conflitos citados, bem como não conseguimos progredir com relação à própria crítica exposta acima, mas o escrito é uma

tentativa de reflexão e contribuição, mesmo que mínima e sob uma perspectiva específica, de maior elucidação sobre um tema que ainda causa estranheza, confusão e divergência.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. Estudo com 1.200 genomas mapeia diversidade da população brasileira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2020/09/estudo-com-1200-genomas-mapeia-diversidade-da-populacao-brasileira.shtml>. Acesso em: 04 jul. 2021.

AZEVEDO, A. **O cortiço**. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997.

CARDOSO, F. H. **Condições sociais da industrialização**: o caso de São Paulo. São Paulo: Revista Brasiliense, 1960.

CARVALHO, J. M. **A Construção da Ordem**: A elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, E. V. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: Ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1976.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**. 15. ed. São Paulo: Editora Global, 2004.

GILENO, C. H. A legislação indígena: Ambiguidades na formação do Estado - Nação no Brasil. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 20, n. 49, p. 123-133, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/JY6MYsNtyVLL4h7kPwmG4Sz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 jan. 2021.

GILENO, C. H. Sentido da colonização e escravismo: Breve relato sobre a obra historiográfica de Caio Prado Júnior. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 32, n. 1, p. 01-17, 2017. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/view/1664/0>. Acesso em: 20 fev. 2021.

GILENO, C. H.; MEDEIROS, R. D. Da Costa Ocidental africana ao Brasil: Caminhos da escravidão. **Ciência&Trópico**, v. 43, n. 2, p. 12-32, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/1821>. Acesso em: 20 dez. 2020.

IANNI, O. **Raças e classes sociais**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**: Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

NOVAIS, F. **Portugal e Brasil na crise do antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

O CAFÉ: História e Penetração no Brasil. Direção: Humberto Mauro. Produção de INCE. Rio de Janeiro: INCE, 1958.

PEREIRA, L. C. B. **Estado e subdesenvolvimento industrializado**: Esboço de uma economia periférica. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

PRADO JR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L.; STARLING, H. M. **Brasil**: Uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

THE SLAVE VOYAGES CONSORTIUM. Explore the origins and forced relocations of enslaved africans across the atlantic world. **Slave Voyages**, 2021. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/>. Acesso em: 11 de jul. 2021.

SOUZA, J. **A Elite do Atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

Como referenciar este artigo

GEBARA, T. P.; SISTERNES, J. P. A formação da sociedade brasileira e a exclusão de minorias: Uma compreensão de questões sociais através de uma perspectiva étnico racial. **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v. 11, n. 00, e022006, jan./dez. 2022. e-ISSN: 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v11i00.15011>

Submetido em: 07/04/2021

Revisões requeridas em: 22/05/2021

Aprovado em: 05/07/2021

Publicado em: 30/06/2022